

Autor: Graciela Selaimen *
 Título: BRASIL EN LA CUMBRE MUNDIAL DE LA INFORMACIÓN
 Ciudad: Sao Paulo, 2005
 Producción: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, www.c3fes.net
 Nota: Este texto puede ser reproducido con previa autorización con un objetivo educativo y sin ánimo de lucro.

BRASIL EN LA CUMBRE MUNDIAL DE LA INFORMACIÓN

Apresentação

Este texto é uma contribuição ao registro da participação brasileira no processo que culminará na Segunda Fase da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, entre os dias 16 e 18 de novembro, em Túnis, Tunísia. Tem o objetivo de resumir as principais questões que o Brasil tem apresentado ao longo deste processo de construção da Cúpula, que contou com diferentes reuniões preparatórias antes e depois de sua Primeira Fase, em Genebra, 2003. A partir de entrevistas com representantes do governo, realizadas no final de outubro de 2005, em Brasília, o texto foi construído com os principais trechos destes depoimentos e com alguns comentários que receberam posteriormente de especialistas da sociedade civil, pessoas que participam também ativamente do processo da CMSI. Não se trata do resultado de um debate entre governo e sociedade civil, espaço que legitimaria por fim a publicação posterior de consensos dissensos que viessem a ser revelados. Mas isso não aconteceu. Trata-se portanto de um documento sucinto que traz algumas visões para informar pessoas que acompanham o debate sobre a Sociedade da Informação, no Brasil e no mundo. Sua elaboração é de responsabilidade da Fundação Friedrich Ebert (FES), por meio de sua representação no Brasil e do Centro de Competencia en Comunicación (C3), que ao longo dos últimos anos têm apoiado o debate nacional e internacional sobre a democratização do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. Para a realização deste registro, a FES/C3 e sua consultora, Graciela Selaimen, contaram com apoio da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil/Assessoria para Assuntos Internacionais.

O Brasil na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: visões, posições e reflexões sob ponto de vista do governo e sob ponto de vista da sociedade civil

Ao ouvirmos os representantes do governo brasileiro entrevistados para a elaboração deste documento¹ percebe-se que há diferentes olhares e abordagens de temas dentro da delegação brasileira na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), mas dois consensos saltam aos olhos: a visão que cada um deles tem do processo de construção da posição brasileira na CMSI e a centralidade do tema governança da Internet. Em relação a este último, a opinião dos representantes do governo brasileiro é corroborada pelos especialistas da sociedade civil

* Directora de Información y Comunicación de la Red de Informacion para el Tercer Sector - RITS, miembro de APC en Brasil

¹ Foram entrevistados Cláudio Prado, diretor do Departamento de Cultura Digital do Ministério da Cultura; Rogério Sant'anna, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento; José Alexandre Bicalho, assessor do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e membro do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet na CMSI; e o embaixador Antonino Marques Porto, diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores e Secretário Executivo do Grupo Interministerial para a Sociedade da Informação (GISI). As direções do SETRO e do ITI foram contatadas mas não foi possível confirmar agendas para entrevistas.

consultados neste trabalho². Em suma, a governança da Internet é o assunto que mais aglutina atenções e esforços dentro da delegação brasileira e também no âmbito maior da Cúpula propriamente dita. Neste tema, o Brasil tem apresentado uma posição de liderança, e a participação de dois representantes brasileiros³ no Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet (GTGI) - convocado por Kofi Annan ao final da primeira etapa da CMSI, em 2003 - não deixa dúvidas de que somos vocais neste tema e temos a apresentar como referência um modelo de governança implementado através do Comitê Gestor da Internet no Brasil considerado inovador e arrojado.

Sobre o processo de construção das propostas brasileiras para a CMSI

Três representantes do governo - Rogério Sant'anna, Alexandre Bicalho e o Ministro Antonino Marques Porto - ressaltaram, desde o início de suas entrevistas, a importância de ter se construído um processo aberto, participatório, de consulta aos diversos setores da sociedade brasileira com relação aos temas da Cúpula e à participação do Brasil na CMSI.

Para Alexandre Bicalho, “a sociedade civil no Brasil tem participado destas discussões sobre a formação da posição brasileira oficial na CMSI de uma forma bem próxima do governo - nós conseguimos, aqui no Brasil, uma aproximação muito grande em termos de alinhamento de posições, entre a sociedade civil e o governo, nestas discussões da CMSI. Especificamente em relação ao tema no qual estou mais envolvido, que é a governança da Internet, pela articulação que temos dentro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, onde estão representados sociedade civil, governo, setor privado e academia, foi possível construir uma posição de consenso que foi levada para o GISI (Grupo interministerial de trabalho para a preparação do Brasil na CMSI) e conseguimos fazer que boa parte destas posições fossem refletidas nos documentos da CMSI.

Rogério Sant'Anna concorda que a posição de liderança que o Brasil conquistou na CMSI em relação ao tema da governança da Internet foi um êxito da política brasileira que começou a partir de discussões no âmbito do Itamaraty, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIBr), do GISI: “foram discussões que nos levaram a construir uma posição o mais rica possível, que desse conta das diversas nuances do problema mas também que tivesse um alinhamento estratégico defensável internacionalmente”.

A importância da criação do GISI em 2003 é ressaltada pelo Ministro Antonino Marques Porto como um fator relevante para o estabelecimento da boa interlocução do governo com os diferentes segmentos da sociedade no processo da CMSI. Segundo ele, “é fato que antes de o governo brasileiro apresentar na frente externa as posições que tem sobre os diversos assuntos na CMSI, houve uma ampla discussão que incluiu a sociedade civil e o setor privado. A criação do GISI, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, foi feita para que se obtivesse, dentro do governo, uma posição que fosse consensual, para que o agente diplomático, o órgão de representação brasileiro neste tipo de exercício internacional, que é o Itamaraty, pudesse falar com a voz do governo brasileiro. Fazem parte deste grupo 13 ministérios mais a Anatel, por razões óbvias. Rapidamente nos demos conta que esse grupo seria muito mais legítimo - em termos das posições

² Foram consultados Paulo Lima, secretário-executivo da RITS (Rede de Informações para o Terceiro Setor) e Carlos Afonso, diretor de planejamento e estratégias desta mesma entidade e membro do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet na CMSI. Ambos acompanham o processo preparatório para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação desde seu início e participam ativamente do caucus da América Latina na CMSI, bem como do caucus da sociedade civil desta Cúpula. Carlos Afonso também é membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Paulo Lima e Carlos Afonso receberam cópias das entrevistas realizadas com os representantes do governo e fizeram seus comentários baseados nas entrevistas.

³ Carlos Afonso e Alexandre Bicalho são os brasileiros que fizeram parte do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet.

que produziria - se nós incorporássemos também os outros atores, que são, basicamente, a sociedade civil, o mundo empresarial e a academia. A lista de convites de cada reunião do GISI tem pelo menos 80 endereços. As reuniões ocorrem sempre que há reuniões importantes no âmbito da Cúpula, o que dá uma média de 7 ou 8 por ano. É nesse âmbito maior que saem as discussões e as posições do Brasil. Daí é que se criam as sinergias entre os diferentes grupos de interesse, embora haja diferentes posições - mas as diferentes posições são decantadas neste mecanismo de trabalho que criamos.

A visão da sociedade civil sobre este processo difere um pouco da visão apresentada pelo governo. Carlos Afonso concorda que o processo de construção das posições brasileiras para a CMSI foi aberto e incorporou bastante as visões da sociedade civil, mas defende que o processo poderia ter sido mais abrangente: “temas que deveriam ser transversais como gênero, raça e etnia acabaram por ficar de fora, e talvez se as reuniões não tivessem sido todas em Brasília, outras entidades também poderiam ter reforçado a importância destas perspectivas junto ao governo brasileiro”.

O secretário executivo da RITS concorda que os resultados de várias posições do Brasil, realmente incluem aportes da sociedade civil - “mas isso foi feito com muito esforço e muita tensão, não de uma maneira formal, oficial, em que se buscasse criar condições para que as entidades tivessem uma participação efetiva no GISI. (...) Não se pode dizer que a negociação foi facilitada - ela foi conquistada. Os convites para as reuniões do GISI não resolvem tudo - as reuniões se dão em Brasília, as entidades têm que arcar com os custos de ir a Brasília, não são feitas videoconferências. Também vale ressaltar que somente nas duas etapas da CMSI propriamente dita é que nós estivemos (e poderemos estar na segunda fase) como membros da delegação oficial. Isso não se deu nas reuniões preparatórias (PrepComs), que é quando ocorrem as negociações, propriamente ditas, que são o cerne da discussão. O que mostra que, na hora da negociação na CMSI, o governo prefere fazer deste evento um encontro intergovernamental. Do discurso à prática, há uma distância.”

Governança da Internet

De acordo com todos os entrevistados, não há como negar que a governança da Internet é o tema central desta Cúpula.

O representante do Ministério do Planejamento defende que a importância da governança está ligada a aspectos comerciais, nos quais ela impacta. Para Sant'anna, “essa questão da governança é a mais central e é a que mais vai definir questões econômicas e tem impacto imenso sobre as operações de mercado de comércio eletrônico. Estamos falando sobre regras de governança que vão influir no comércio eletrônico - e nós temos que ter posição sobre isso. O governo brasileiro defende que esta é uma questão que não pode ser resolvida por um país só, mas que é de interesse de todos os países e é preciso ter um espaço de discussão destas questões, com participação de todos os interessados e responsáveis eleitos legitimamente - representantes da sociedade civil, do governo, da academia, do setor privado - como já acontece no modelo do Comitê Gestor brasileiro. O centro de toda esta conversa sobre governança da Internet é o fato de que nós estamos discutindo as regras do comércio eletrônico do futuro - e a governança da Internet é central para isso. Questões de spam, segurança, privacidade, direito do consumidor, tudo isso está relacionado e todos são temas centrais para o comércio eletrônico”.

A ênfase nos aspectos comerciais é refutada por Paulo Lima: “em relação à fala do representante do Ministério do Planejamento, me parece que a ênfase no seu discurso é sobre os resultados econômicos da CMSI para o país e na nossa avaliação, os resultados econômicos para o Brasil serão

pequenos, mas os resultados sociais de uma boa negociação na configuração de uma sociedade da informação inclusiva, e para políticas massivas de inclusão digital, poderiam ser muito maiores. Uma posição de governo deveria privilegiar não os interesses que o mercado tem sobre um ou outro resultado dessas negociações, e sim políticas includentes para o conjunto da população que está em áreas desfavorecidas, em áreas onde o mercado dificilmente irá atuar - onde não há a circulação de recursos financeiros, quanto mais a circulação de computadores e banda Internet.”

O Ministro Antonino explicita a posição oficial do governo brasileiro sobre a governança da Internet em sua fala: “com relação ao tema governança da Internet, o Brasil traz uma experiência ímpar, que é a experiência do Comitê Gestor da Internet no Brasil. A maneira como o CGI/Br opera reflete precisamente o que temos dito nas reuniões de Genebra. Queremos um tipo de governança que seja transparente, democrática e inclusiva. Essas três qualidades fazem o CGI/Br. A filosofia que está por trás do modelo que funciona no Brasil deve ser a filosofia por trás do modelo que deve funcionar no mundo, em termos de governança da Internet. O que temos proposto é exatamente isso. Com o termo “inclusivo” queremos defender a participação de diversos setores: governo, setor privado, sociedade civil, academia. É preciso que o modelo de governança da Internet seja uma estrutura inclusiva, democrática e transparente e que os governos - em se tratando de matérias de política pública, de interesse público, sejam ouvidos com prioridade. Numa matéria de interesse público é preciso que os governos possam se manifestar e ter um direito a voz e voto que não seja inferior ao de ninguém, de nenhum outro stakeholder. Pelo contrário, em matéria de política pública são os governos que têm que se manifestar. Temas de governos devem ser decididos por governos, de forma aberta, democrática, transparente, inclusiva.

Nós temos proposto nada mais, nada menos do que isso. Em relação à Internet, não se trata de reinventar a roda. Não queremos mudar a maneira como a Internet funciona hoje, mas, em relação a certos aspectos de governança - como por exemplo, quando um determinado país controla uma determinada função que pode ser essencial (por exemplo, o registro do .br) - temos que garantir nossa autonomia, não pode acontecer interferência externa. Há muitos outros temas que dizem respeito a governança, à garantia de que a Internet tem que ser um instrumento livre para a livre circulação de idéias, tudo isso são temas para os quais precisamos ter um mecanismo - fórum, sistema, seja lá o que for -, de governança, onde os governos dos países tenham voz. Sabemos que temos que ter um fórum para discutir políticas gerais da Internet. E precisamos ter um certo mecanismo de “supervisão” (controle é uma palavra horrorosa e supervisão é muito forte), mas precisamos um mecanismo em que os governos se pronunciem e tenham influência determinante neste tipo de assunto. Em que âmbito isso vai acontecer, onde será criado esse fórum, ou esse mecanismo de supervisão, acompanhamento, intergovernamental, onde os governos venham a influir no que for preciso, com poder de decisão quando se tratar de políticas governamentais...onde se vai colocar esse fórum ou mecanismo eu não sei. Evidentemente a UIT é o organismo das Nações Unidas no âmbito do qual a CMSI está se realizando, é um candidato natural, mas pode haver outras alternativas”.

Para Alexandre Bicalho, a UIT também é um candidato natural para abrigar o novo mecanismo de governança da Internet que deverá surgir de Túnis: “não apenas a questão dos custos de interconexão, mas todos os outros temas relativos à governança da Internet - spam, segurança, privacidade - todos necessitam de discussões globais, no relatório do GTGI fica bem caracterizada a necessidade de um fórum global para estas discussões. Hoje há centenas de fóruns trabalhando nestes temas, de forma descoordenada, o que prejudica muito a participação dos países em desenvolvimento nestes fóruns - não se consegue saber sequer o que está acontecendo, quanto mais mandar gente para os encontros. É para isso que existe a ONU, para centralizar as discussões que devem ser globais. A ONU é para onde os países podem convergir para tratar dos temas globais. É

por isso que há uma frase no relatório do GTGI que diz que este fórum multistakeholder e multilateral deve preferencialmente ser vinculado à ONU, porque se não for assim, não há como ter representantes de todos os países participando das discussões. Aqui na Anatel a gente entende que os organismos que existem hoje vinculados à ONU, principalmente a UIT, têm um papel muito importante a desempenhar nesse tema, embora a Anatel reconheça a necessidade de modernização da UIT, a necessidade de uma maior abertura para a participação da sociedade civil de uma forma mais objetiva, de uma forma que reflita mais as posições da sociedade civil, mesmo que as posições finais tenham que ser aprovadas pelos governos”.

Carlos Afonso chama atenção para o fato de esta Cúpula ter uma característica que nem sempre é observada em outras cimeiras da ONU. “Por exemplo, na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), que interesses poderiam haver por trás dela? Algum grande consórcio de empresas esperava que algo mudasse com a ECO 92, que atendesse aos seus interesses? Não, provavelmente muito ao contrário. Na CMSI, temos uma situação diferente. Nesta Cúpula está se disputando um espaço de poder, o que infelizmente não era o objetivo para a qual foi criada -- ou pelo menos é isso que nos assegura Kofi Annan em artigo recente no Washington Post. Por isso que, por mais que se discutam os outros temas, a governança da Internet virou o tema central da conferência, na prática.

O que me parece é que o processo que havia sido encaminhado a partir da Cúpula de Genebra em 2003, quando se decidiu criar o Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet (GTGI), foi percebido pela UIT como algo que pudesse trabalhar a favor de uma proposta que colocasse essa agência da ONU em lugar proeminente na coordenação mundial das operações da Internet. Digo isso não por causa dos quadros escolhidos para o Grupo, mas pelo próprio posicionamento da UIT, por exemplo na abertura dos trabalhos do GTGI, quando o secretário-geral da UIT “ensinou-nos” que nossa tarefa seria discutir quem fica com a governança da infra-estrutura lógica: ICANN de um lado ou UIT do outro. O resto não interessava à UIT, nas palavras do dirigente”.

Sobre o papel da UIT, Carlos Afonso é enfático: “Na minha opinião, a UIT perdeu nessa. Errou, até. A UIT deveria ter tido outro foco nesta questão da governança. O fórum não pode ser [criado] dentro de uma agência da ONU, já que a proposta que parece ser consenso agora é que ele seja pluralista, democrático, transparente, multilateral. E nenhuma das agências da ONU tem essas características. As tais reformas do sistema da ONU não devem mudar isso significativamente, e mesmo que haja alguma mudança, essas reformas não serão feitas agora. A ONU é um espaço de negociação entre governos, para isso foi criada. A UIT tem um pequeno número de governos mais influentes que tomam as decisões cruciais junto com as mais influentes entre 600 ou 700 empresas de telecomunicações. Há 186 governos-membros, mas é um grupo de poucos governos em acordo com grandes empresas que tomam as decisões na prática. Como se vai transformar este mastodonte? O possível fórum global que nasceria da CMSI estaria relacionado ao Secretário-Geral da ONU, como propõe a sociedade civil e vários países, mas não pode estar subordinado a uma de suas agências, o que seria o mais absoluto contraste entre o pluralismo que defendemos e a amarração a todo um sistema de poder que há dentro destas agências”.

A necessidade fundamental de mudar o atual modelo de governança da Internet e o enfrentamento da dominância dos Estados Unidos neste modelo também foi um tema levantado pelos entrevistados. Alexandre Bicalho conta, por exemplo, que “no GTGI existiram dissensos, e isso aparece no relatório, mas existem consensos surpreendentes, como a afirmação que nenhum governo pode ter um papel predominante na governança da Internet, em seus aspectos internacionais. Isso caracteriza a não-aceitação de todos os membros do GTGI de que um país controle a Internet e tenha um papel predominante sobre outros. Os quatro modelos propostos pelo

relatório do GTGI respeitam essa premissa”.

Rogério Sant'anna ressaltou que a governança da Internet “é o tema que efetivamente está dividindo o mundo e no qual o Brasil tem uma liderança importante, defendendo a criação de um fórum multilateral de supervisão da Internet, desafiando frontalmente o papel da ICANN [Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, entidade sediada nos EUA, ligada ao Departamento de Comércio norte-americano].

Bicalho lembra que a posição brasileira neste tema “é uma posição que defende que o fórum *multistakeholder*⁴, inclusivo, tenha um papel muito importante e o Brasil defende a criação deste fórum com todas as forças. Quanto à participação dos governos fazendo uma supervisão, que seria a substituição do papel que os Estados Unidos exercem hoje, a gente defende que existe a necessidade de haver esta supervisão - todos os documentos de posicionamento brasileiro defendem isso. Existe a necessidade de mecanismos através dos quais os governos possam tomar decisões de supervisão ou de acompanhamento em cima do trabalho destas entidades que hoje exercem um papel técnico, tipo a ICANN, mas deve existir um espaço para que os governos exerçam este papel que os Estados Unidos exercem hoje, unilateralmente”.

O jogo político para levar adiante as propostas de mudança do modelo de governança da Internet é complexo, como descreve o Ministro Antonino: “Até o início da Prepcom 3, tínhamos de um lado o grupo dos “like-minded countries”, que defendia que a governança da Internet não pode continuar do jeito como está, não é possível e precisa mudar. De outro lado, estava um outro grupo de países que aceitava modificações “cosméticas” no modelo vigente da governança da Internet, mas defendia que não estamos preparados para discutir o tipo de controle que é exercido hoje pela ICANN e afirmava que temas fundamentais deveriam ser mantidos como estão. A comunidade da União Européia estava numa posição meio de expectativa, esperando para ver como as coisas se desenrolavam. Na véspera do fim da PrepCom 3, a comunidade Européia apresentou uma proposta de um novo modelo de gestão da Internet onde os mecanismos de supervisão já começam a ser cogitados, numa movimentação em direção às propostas do Brasil, embora ainda não totalmente compatível com elas. Isso é um movimento muito interessante porque agora temos idéias semelhantes às nossas sendo defendidas pela União Européia, embora a proposta deles ainda seja muito vaga e dependa de aprimoramentos. A grande novidade aí é que o clima de negociação efetiva parece ter se iniciado”.

Carlos Afonso tem posições alinhadas à do governo brasileiro com relação ao tema governança da Internet e reconhece que há resistências à mudança do modelo vigente também por parte de organizações da sociedade civil. “Há uma grande influência de setores, entre as próprias organizações da sociedade civil (principalmente de países do hemisfério norte) que têm uma certa resistência em propor um paradigma de governança alternativo (se bem que está convergindo para uma proposta de internacionalização efetiva da ICANN). Esse é um problema para nós, que, como sociedade civil, ainda não temos clareza sobre qual a supervisão que se quer para a governança global da rede em todos os temas.

Uma proposta apresentada é que se crie o fórum global de aconselhamento, com o apoio do Secretariado Geral da ONU, desatando um processo em que o fórum, “idealmente”, por uma evolução quase que natural, chegaria até o ponto de ter características de supervisão, até por uma legitimidade que ele iria adquirir ao longo do tempo. Isso me parece idealismo demais. Por isso, eu concordo com a posição do governo brasileiro que afirma que este fórum global já tem que nascer

⁴ Organismo com abertura para a participação de diversos atores e seguimentos sociais.

com a previsão de mecanismos de supervisão, tanto para a infra-estrutura lógica (seja integrando a ICANN, internacionalizando-a efetivamente via um processo que a torne realmente independente de qualquer governo) como para os outros componentes da governança que não estão sendo tratados adequadamente nesta discussão. Refiro-me a temas como e-comércio transfronteiras, cibersegurança, compartilhamento de custos de transmissão de dados entre países, liberdade de expressão, direito à privacidade, e muitos outros. Mas acho que as propostas da sociedade civil começam finalmente a convergir para algo similar.

Essa é uma diferença fundamental e o governo brasileiro elabora bem isso, explica bem isso. A ICANN pode passar a fazer parte de uma instância deste fórum, que é uma instância de supervisão, continuando a cuidar da infra-estrutura, só que no contexto de um consenso mais amplo as decisões deixariam de ser feitas lá em Marina del Rey com os representantes da iniciativa privada, dos negociantes de nomes globais de domínio, sob o olho vigilante do Departamento de Comércio dos EUA.

Esse absurdo de hoje, de termos um mecanismo de governança da infra-estrutura lógica da rede mundial que cuida basicamente de ser uma bolsa de valores de domínios globais - e é isso que a ICANN faz hoje na prática -, não pode continuar”.

Software livre

Não é apenas em relação ao tema governança da Internet que o Brasil assumiu posição de liderança. “Essa é uma das causas em que nós somos os campeões” afirma o Ministro Antonino, “nas quais o Brasil assume uma posição de liderança. Nós temos o software livre como política pública e, porque temos o software livre como política de governo é natural que queiramos fazer que nos documentos de um exercício internacional voltado para a inclusão digital nossa experiência e nossa voz seja ouvida - isso nós temos feito. É uma experiência de sucesso. Na conformação da posição brasileira com relação a este tema e nos embates que nós tivemos nos fóruns multilaterais, tivemos sempre o fornecimento de informações, de posições, de idéias, de sugestões da sociedade civil - seja através do ITI [Instituto Nacional de Tecnologia da Informação], seja através de nossas reuniões, seja através do Serpro [Serviço Federal de Processamento de Dados], que é muito ativo neste tema também. Este é um universo onde a sociedade civil, os interessados neste tipo de software, são muito ativos e ajudam muito. A posição do governo brasileiro na CMSI é que o software livre é um instrumento essencial para a inclusão social - é muito importante não perder de vista que a CMSI é uma Cúpula voltada para o desenvolvimento. Desenvolvimento quer dizer inclusão digital, quer dizer inclusão social. O software livre é uma condição essencial para a inclusão digital no Brasil. Em todos os documentos da CMSI - e isso nós conseguimos também na Reunião Regional do Rio de Janeiro - há a figura do software livre e sua importância para a inclusão digital - essas duas coisas que são essenciais na posição brasileira estão sempre registradas”.

Alexandre Bicalho ressalta que “na primeira fase da CMSI tivemos uma posição muito clara e forte em relação ao software livre em função de uma atuação muito intensa de um ou dois representantes do governo que defenderam esta bandeira. O Brasil defendeu a bandeira do software livre e não pode arrefecer neste tema, que é muito importante para os países em desenvolvimento. O Brasil assumiu um papel de liderança neste tema e não pode se desarticular em relação a isso. É importante manter o nível do discurso e, se necessário, agravar o tom para manter as posições pelas quais brigamos até agora”.

Para Cláudio Prado, do Ministério da Cultura, “a posição brasileira em relação ao software livre

continua firme e é uma posição muito revolucionária. Por isso mesmo, muito do que o Brasil propõe não passa nas discussões do evento oficial, muita gente nem fica sabendo de todas as posições brasileiras, porque não se conseguiu inserir nos textos. Achamos que o que não se conseguiu é extremamente importante e todos devem saber o que o Brasil busca, no final das contas, principalmente com respeito ao que deve ser a Internet”.

Embora considere que o software livre não tenha sido tratado como um tema central na CMSI, Rogério Sant'anna reitera o papel relevante do Brasil na defesa deste tema: “seguramente o Brasil é que tem puxado este debate sobre o software livre, mas este assunto hoje não está no centro dos debates na CMSI. Entretanto, como este é um assunto de governabilidade interna de cada país, nosso prejuízo será pouco se esta questão não estiver expressa nos documentos oficiais da Cúpula. A autonomia do governo brasileiro de estabelecer políticas nesta área vai continuar existindo, nós dependemos pouco do cenário internacional neste campo - ao contrário do tema governança da Internet, no qual o cenário internacional tem grande impacto sobre nossas questões internas, embora eu ressalte a centralidade do software livre a longo prazo, como um dos eixos de debate dos direitos de propriedade intelectual”.

Paulo Lima observa que a defesa pelo Brasil da importância de ferramentas de código aberto, no espírito do software livre, teve seu impacto, principalmente na primeira fase da Cúpula.

Mecanismos de financiamento

O tema dos mecanismos de financiamento para a inclusão de regiões e países pobres na sociedade da informação não recebeu, por parte da delegação brasileira na CMSI, a mesma importância que os temas de governança da Internet e software livre. Dos representantes do governo ouvidos para a elaboração deste trabalho, apenas Rogério Sant'anna apresenta um pouco mais de otimismo na abordagem do tema. Rogério afirma que a criação de um Fundo de Solidariedade Digital pelo governo do Senegal “foi o grande fato político na primeira etapa da CMSI, e gerou resistências por parte de muitos países. É uma questão importante que mais uma vez traz à baila a discussão dos que têm versus os que não têm. O Brasil está no meio do caminho nesse ponto: apesar de haver uma parte da população de excluídos da era digital, nossas desigualdades não são tão agudas como são em certos países da África, por exemplo. A criação deste fundo é um tema importante e poderia ser uma das medidas mitigatórias resultantes desta Cúpula, para atenuar o fosso digital - que tende a aumentar. O Brasil apóia a criação do fundo”.

Já o Ministro Antonino revela sua frustração com o resultado das discussões sobre o Fundo. “Evidentemente não é possível se fazer uma Cúpula sobre a Sociedade da Informação, que trata de inclusão digital e, quando se começa a falar de financiamento haja países - como o Japão e outros países desenvolvidos - que não aceitem falar da criação de nenhum mecanismo de financiamento intergovernamental. Isso foi um pouco frustrante, e foi uma pena, porque o que aconteceu é que esse grupo de trabalho sobre financiamento (do qual o Brasil participou intensamente em todas as discussões) apresentou um relatório, mas o resultado desse trabalho bateu numa enorme muralha: a alegação que dinheiro para isso não vai haver. A partir daí, acaba-se entrando em outra argumentação - a de se aproveitar os fundos que já existem. Mas a gente sabe - e vou fazer uma generalização muito perigosa aqui - que os fundos que existem não são suficientes para tudo. Alguns fundos são mais bem utilizados, outros menos, o Brasil tem diversas idéias sobre outro tipo de mecanismo inovador de financiamento, que poderia ter sido uma alternativa, mas em nenhum momento se conseguiu ultrapassar a barreira imposta. O resultado disso foi que se criou um Fundo de Solidariedade Digital, mas é um fundo privado, que conta com o apoio, que eu saiba, do governo

de Genebra e de outras cidades. A última notícia que eu tenho é que este fundo contava com algo em torno de 1.2 ou 1.3 milhões de euros. Mas não é uma iniciativa de governos, é um fundo privado com sede em Genebra. Isso é um pouco frustrante.”

Paulo Lima apresenta outra perspectiva sobre este tema. “Uma coisa que de certa maneira é transversal, é uma sensação de que os representantes do governo brasileiro (falando de modo bem generalizado) vêm o país a partir de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e das áreas ricas destas regiões. Quando nós falávamos sobre o Fundo de Solidariedade Digital, eles alegavam que isso seria ruim para o país, pois o Brasil seria doador e não beneficiário do Fundo. Isso mostra um erro de análise, de avaliação do que é o semi-árido brasileiro, do que é a Amazônia brasileira, as áreas favelizadas, das periferias das grandes cidades, que é muito preocupante. Essa visão de grandes cidades e das áreas ricas das grandes cidades vêm marcando a orientação mais geral do governo brasileiro, principalmente no que se refere a discussões do Fundo de Solidariedade Digital, no qual a posição do Brasil é de que isso não nos interessa e nós estamos fora desta discussão”.

Carlos Afonso concorda que houve baixa prioridade nas reuniões do GSI em relação ao tema de mecanismos de financiamento: “No âmbito do GSI, as discussões sobre financiamento foram quase deixadas de lado por uma razão: o grupo de trabalho da CMSI sobre financiamento entregou o relatório muito antes, em janeiro de 2005. Com as discussões acaloradas sobre governança da Internet este assunto não apareceu mais nas reuniões, que ficaram sempre focadas no tema da governança. Foi um erro, acabamos todos indo na onda de um tema só e perdeu-se uma oportunidade de debater propostas para outro tema também muito relevante”.

Direitos Humanos

Outro tema preterido pela delegação brasileira na CMSI é o dos direitos humanos. Como afirma Rogério Sant’anna, “a questão dos direitos humanos na Tunísia não foi tema de discussão entre os membros da delegação brasileira. Isso não foi levantado formalmente, mas acho que vale a pena os representantes da sociedade civil levantarem esta questão junto ao governo brasileiro, embora eu ache que há pouco que pode ser feito com relação à situação na Tunísia”.

A idéia que o tema da defesa dos direitos humanos cabe mais à sociedade civil do que ao governo é corroborada na fala de Alexandre Bicalho: “Com relação ao tema dos direitos humanos e do direito à liberdade de expressão, do direito à comunicação, o Brasil nunca precisou se posicionar oficialmente porque a posição brasileira neste tema é clara, é transparente: o Brasil sempre defendeu a liberdade de expressão e os direitos humanos, o direito à comunicação. Neste ponto não há dúvida, mas eu acho que vale a pena ressaltar mais esta posição, que fica como implícita...acho que seria bom expressar isso na CMSI. Por exemplo, se houver possibilidade de o presidente Lula estar lá, fazer um discurso mais focado em direitos humanos, temos que ser mais vocais neste tema. Principalmente porque em relação a temas muito específicos, as estratégias brasileiras na CMSI acabaram nos alinhando com países onde os direitos humanos não são respeitados, onde há repressão à liberdade de expressão [citando o grupo dos “like-minded countries”, do qual o Brasil fez parte juntamente com a China, o Irã, entre outros países, na defesa de propostas específicas para a governança da Internet]. Seria bom o Brasil deixar mais clara sua posição democrática. Aí eu acho que a sociedade civil brasileira tem um papel mais importante do que os governos. A sociedade civil brasileira, neste processo todo, tem se manifestado em alguns fóruns, mas falta discussão aqui no Brasil acerca deste posicionamento, o tema liberdade de expressão e direito à comunicação merecia um “statement” bem formal, seria o caso de a sociedade civil encaminhar posicionamentos sobre isso para a presidência para que o presidente Lula - ou quem representar o Brasil em Túnis -

pudesse se posicionar em sua fala”.

O Ministro Antonino argumenta que o Brasil sempre defendeu os direitos humanos, historicamente, e afirma que, se houver necessidade, vai explicitar posições neste sentido. “A respeito do tema direitos humanos e respeito à liberdade de expressão - obviamente serão temas defendido pelo governo brasileiro. O próprio mecanismo de construção das propostas brasileiras na CMSI mostra que nós buscamos consenso com os mais diversos atores, nós somos aglutinadores e transparentes. É óbvio que isso a gente transmite lá na Tunísia, também. Evidentemente o Brasil tem posições muito sólidas e amadurecidas sobre a livre circulação de idéias, sobre a democracia, sobre os direitos humanos, sobre os direitos de minorias (...). Esses são princípios gerais e fundamentais da política externa brasileira e são uma das poucas coisas que a gente não negocia, mesmo no GSI, porque já é parte da nossa formação brasileira. É óbvio que, no momento em que se apresentar qualquer prejuízo à manifestação democrática, o Brasil se posiciona expressamente na defesa dos direitos humanos, do direito à liberdade de expressão. A CMSI se trata de um espaço onde prevalecem os regulamentos das Nações Unidas - isso é muito importante lembrar - e todos os princípios de liberdade são parte deste exercício”.

Paulo Lima critica o posicionamento do governo brasileiro em relação ao tema dos direitos humanos. “Me parece que os representantes do governo brasileiro estão dando um perfil muito baixo a este problema dos direitos humanos na Tunísia, embora o Ministro Antonino tenha tido o zelo de citar o tema como algo que lhe preocupa. Em relação aos outros representantes, as preocupações se focam nos aspectos técnicos, somente. Não há nenhuma preocupação em relação às condições de realização da CMSI na Tunísia. Sinto que, em relação ao tema dos direitos humanos, o governo brasileiro vê que este é um tema que deve ser tratado pela sociedade civil, como se não fosse sua responsabilidade se posicionar quanto a isso”.

Carlos Afonso concorda com a crítica: “Sobre a questão dos direitos humanos, o Brasil deveria explicitar posições, principalmente após fazer um alinhamento, nas negociações sobre governança da Internet, com países como Irã, China, etc. Eu sei que o Brasil não se alinha de forma nenhuma com estes países com relação ao tema de direitos humanos e liberdade de expressão, só que o país não está explicitando isso na CMSI. O governo brasileiro sabe que a sociedade civil brasileira está falando neste tema o tempo todo. Só que nós não podemos chegar lá e falar em nome do governo brasileiro. Esta deve ser uma posição oficial do Brasil, e a delegação brasileira tem subsídios para falar deste tema. Calar, neste assunto, é uma falha, que já deu margem a interpretações até um pouco irresponsáveis de delegados da União Européia, alinhando o Brasil com o Irã e China também na questão dos direitos humanos!”

Perspectivas para após Túnis e reflexões

Como serão implementadas as propostas resultantes da Cúpula na Tunísia e quais mecanismos serão desenvolvidos para seu acompanhamento? O que se dará, de fato, após a CMSI, com relação à implementação de um novo modelo de governança da Internet? As perguntas estão em aberto e as expectativas variam. Sobre alguns destes temas, os representantes do governo preferem esperar as definições de Tunis antes de se posicionar. É o caso de Rogério Sant’anna, que afirma que “é preciso esperar pelo Plano de Ação para pensar nos mecanismos de implementação e acompanhamento”.

O Ministro Antonino também prefere esperar por mais definições: “Quanto aos mecanismos de implementação ainda há discussões a serem levadas antes de fecharmos posição em relação ao

tema. A indicação clara de para onde o Brasil vai está no tipo de resultado que nós obtivemos na Reunião Regional do Rio de Janeiro, onde nós estabelecemos um programa de trinta ações, atividades e metas que se chama ELAC 2007. Ali, diversos itens falam de criação de grupos de trabalho, de forças-tarefas para atuação conjunta e já se fala em apoio da Cepal, por exemplo, e de outros organismos. O que eu acho importante é estabelecer as metas - e isso já está no Plano de Ação de Genebra - e estabelecer como os países podem começar a fazer para que aquelas metas se tornem realidade. Evidentemente, há diversos tipos de metas, algumas envolvem cooperação e aí eu volto a enfatizar nossas dinâmicas regionais. Outras que envolvem países ou governos fazerem determinadas coisas, aí já fica um pouco mais complicado porque se trata de política de governos. Mas evidentemente que caso se imagine mecanismos de financiamento (e a gente caiu naquela frustração anterior) essas metas que dizem respeito a governos, políticas públicas, também a gente tem que ver como é que se vai fazer. Vamos ver. Isso tem que ser decidido ainda”.

Paulo Lima propõe uma reflexão ao fim do processo da CMSI: “a gente devia fazer uma avaliação para ver onde foram parar as coisas que não se resolveram, por exemplo: será que vão para a OMC questões ligadas aos custos de conexão? Será que vão para a OMPI as questões ligadas à propriedade intelectual na sociedade da informação? Isso são temas que já estão fora deste processo da CMSI e que já nem se cita mais. Assim como temos muito interesse de seguir o que será a implementação do ELAC 2007, que é um programa de um prazo muito mais curto e, na nossa avaliação, um documento bem mais interessante do que o Plano de Ação que vai resultar do processo da CMSI, que é relativamente vago e propõe prazos de uma elasticidade que, num país como o Brasil, não servem como instrumento de pressão política. Já o ELAC 2007 pode servir. Acho também que o país deveria assumir um discurso muito menos focado no desenvolvimento econômico do que no desenvolvimento humano e social. O Brasil tem que assumir um discurso mais inclusivo, que incorpore os temas com um enfoque de raça, de gênero e outros posicionamentos relevantes para os grupos menos favorecidos de nossa sociedade, temas que ficaram invisibilizados nas posições brasileiras nesta Cúpula”.

Especificamente com relação ao tema governança da Internet, Carlos Afonso lembra que “a União Européia, na Prepcom 3, decidiu que a governança da Internet tem que ser globalizada. Mas, sabe que os interesses econômicos em cima disso são grandes e não vão provocar uma ruptura agora com os EUA. Este vai ser um processo de negociação que vai se estender até muito depois da CMSI. Não vai ser agora que vai se decidir como será este fórum”.

Já o representante da Anatel tem outras expectativas. “Todo este esforço que foi criado para a construção da participação brasileira na CMSI, pelo Ministério das Relações Exteriores, com uma participação muito grande da Casa Civil também, tudo isso se coroa em Tunis. Temos que reconhecer que o Governo Lula permitiu ao país ser um modelo de avanço no tema da governança da Internet (...). A expectativa que temos, para depois da CMSI, é de avanços. Sabemos que de qualquer forma os Estados Unidos e os países que apóiam a posição norte-americana sempre vão insistir na necessidade de uma mudança gradual em nome da segurança da Internet. A gente entende que não deve haver nenhuma medida que possa trazer qualquer instabilidade para a Internet, é razoável que exista uma fase de transição para o novo modelo, mas precisa ser assegurada a necessidade da transição. Uma vez que se consiga a criação de um fórum global de governança, o modelo brasileiro de gestão da Internet passa a ser referência não apenas para a criação deste fórum global, mas também para a criação de fóruns nacionais nos diversos países. Alguma coisa concreta vai ter que sair desta Cúpula. Não é aceitável, não é possível que não saia nada”.